

Carta: Revoga Já – Brasília

Passados quase cinco anos da promulgação da Lei n. 13.467/2017, conhecida popularmente como “Reforma Trabalhista”, o que pesquisadores, pesquisadoras, representantes das instituições públicas e lideranças sindicais apontaram durante a célere tramitação do projeto se confirmou: a fragilização dos direitos sociais e trabalhistas em favor de medidas de flexibilização, incremento do poder patronal e balcanização das formas de contratação do trabalho não trouxe a prometida oferta de empregos e, do contrário, representou piora dos indicadores de precarização social do trabalho.

Os estreitos e autoritários horizontes para o trabalho colocados pela ordem neoliberal como uma exigência quase inexorável alavancou reformas trabalhistas em todo o mundo, em processos legislativos com déficit de diálogo social e com fortes intervenções através de lobbies. Nesse processo, os modelos de trabalho regulado, assentados na ideia de bem-estar social e na imperatividade de um equilíbrio entre o capital e o trabalho, passaram a ser contundentemente questionados, em favor de uma perspectiva que defende uma suposta liberdade de contratação dos trabalhadores e formas mais flexíveis de acomodação das relações jurídicas de trabalho, como se não fossem mais assimiláveis pelo sistema capitalista os contramovimentos protetivos e inibidores das tendências de mercado que constituem o direito do trabalho.

O Brasil se inseriu nesse contexto global de reformas de austeridade, de modo mais assertivo, a partir de 2017, com desdobramentos que persistem reformando a legislação protetiva do trabalho até hoje. Inspirada em reformas trabalhistas como a espanhola, a opção do Estado brasileiro pelo esvaziamento de seu sistema de proteção social trabalhista, longe de trazer vantagens, nos coloca em um cenário de pauperização do trabalho, fragilização das entidades sindicais e das negociações coletivas, proliferação de formas de ocupação precárias ou informais.

Esses indicadores aparecem com mais gravidade em relação aos grupos já vulnerabilizados no nosso mercado, como mulheres e pessoas negras, aprofundando desigualdades. Os efeitos da reforma trabalhista se manifestam também na fragilização do financiamento e do acesso ao sistema previdenciário, e no valor dos benefícios, situação que se agravou ainda mais com a reforma da previdência.

Os revezes na conjuntura política nacional e internacional, bem como o cada vez mais eloquente questionamento das escolhas neoliberais promovido no trágico contexto da pandemia de covid-19 – que estabeleceu o mais extenso laboratório de experimentações de novas modalidades de trabalho, como foi o caso do teletrabalho –, colocam em cena um novo ambiente de discussão dos caminhos da regulação do trabalho e da necessidade de reversão das reformas de austeridade.

No contexto de capitalismo periférico brasileiro, mais que a revogação das reformas laborais, há que se ter em vista a necessidade de avançar na agenda protetiva do trabalho, endereçando pautas urgentes como a redução da jornada de trabalho, a proteção contra a dispensa arbitrária e, sobretudo, a reformulação da tela de proteção social para acomodar formas de trabalho historicamente desprotegidas. A questão dos trabalhadores contratados

por meio de plataformas digitais também se mostra como urgente em termos de proteção trabalhista.

A perda de direitos trabalhistas é uma face central da crise democrática. Assim, defender a democracia em nosso país, vai além da insurgência contra os ataques ao nosso sistema eleitoral e a transferência pacífica do poder, e deve abarcar, necessariamente, a defesa dos direitos e políticas sociais trabalhistas que assegurem condições dignas de vida para a população brasileira. Para além da ilusão de que o mercado de trabalho antes de 2017 era um paraíso, a perspectiva da revogação da reforma trabalhista é um primeiro passo fundamental na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

A construção desse movimento passa pelo protagonismo e fortalecimento dos sujeitos sociais afetados pela regulação de trabalho, com respeito a suas experiências peculiares e interseccionais e aos seus respectivos lugares de fala, tomando-se a diferença como horizonte necessário para a reconstrução dos direitos trabalhistas.

É preciso alargar o horizonte das lutas e das pautas em defesa do trabalho, não permitindo que a agenda neoliberal limite nossos sonhos, projetos e horizontes de luta! Revogar, no mínimo! E avançar em defesa do trabalho decente, com jornadas reduzidas, proteção ao emprego, combate ao racismo e às desigualdades, fortalecimento dos sujeitos coletivos. Conclamos à luta e convidamos todos os atores sociais em Brasília à composição de um comitê local da Campanha Revoga já.